

XVIII

CIC

XI ENPOS
I MOSTRA CIENTÍFICA



Evoluir sem extinguir:
por uma ciência do devir



ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DE CLASSES E A CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA HEGEMONICA

SOUZA, Aisllan Augusto de¹; NUNES, Georgina Helena Lima²

¹Acadêmico da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia/UFPel

²Profª. Drª. em Educação (UFRGS). Professor adjunto da UFPel. Orientadora.

Rua: Andrade Neves, 1.290 apto. 209 – centro – 96020-080. aisllansouza@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade de classes, a educação se apresenta como um território em disputa, ou seja: educar na perspectiva da ideologia dominante a fim de manter o modelo excludente de sociedade, ou apontar alternativas de acordo com os interesses históricos da humanidade, com vistas à superação das relações de exploração, bem como das desigualdades sociais (MELLO, 2008).

A ideologia segundo Konder (2002), a partir de Stoppino, pode ser definida de duas formas: como um termo que designa sistemas de crenças políticas, idéias e valores para orientar comportamentos coletivos; e como um termo marxista que se refere a uma falsa consciência, uma distorção da realidade. Neste trabalho compartilha-se desta concepção marxista.

A diferença principal entre o modo de produção capitalista em relação aos anteriores está na forma como o ser humano se organiza para produzir sua existência a partir de sua força de trabalho. No primeiro capítulo de O capital, MARX (1867), ao explicar sobre a mercadoria, indica que a principal diferença está na produção do “valor de uso” e “valor de troca”. De acordo com essas premissas, na sociedade capitalista tudo se transformou em mercadoria, inclusive a educação.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão de literatura, onde se priorizou o trabalho com textos que versassem sobre educação, organização sócio-econômica e histórica da sociedade. O período de publicação dos textos analisados foi de 1696 a 2008. Após sucessivas leituras e reflexões sobre o tema, se propõe como objetivo realizar uma reflexão teórica acerca da educação na sociedade de classes e da hegemonia ideológica, estabelecida a partir dos aspectos sócio-históricos de diferentes modos de produção. Tem como objetivos secundários evidenciar o caráter da educação ao longo dos tempos e identificar as relações de poder presentes na construção/manutenção dos princípios pedagógicos. Este estudo torna-se pertinente ao passo que ajuda a conjecturar acerca dos contrapontos entre o discurso político e os métodos de aplicação pedagógica no ensino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização na sociedade antiga e a educação como instrumento para a ordem social e política

A organização social está ligada à própria natureza humana. Para Aristóteles (1985), o homem é por natureza um animal social, por isso, observa-se em seus argumentos, uma justificativa para a exploração da sociedade de classes, em que uma pequena parcela da sociedade, atribui a si mesma a condição de superioridade para fundamentar o direito de exploração diante da incompetência das classes subalternas. Mas a exploração de fato começa com a apropriação dos meios de produção; a partir dessas circunstâncias históricas se definem as classes sociais entre proprietários e não proprietários (MARX, 1867). Pelo direito à propriedade privada as relações de exploração transformam-se em direito natural. Diante dos fundamentos da ordem natural das coisas, o pensamento aristotélico naturalizava as desigualdades sociais e a submissão do escravo ao homem livre (proprietário).

Nesse momento da história, a vida daqueles que não têm propriedade torna-se dependente dos proprietários. A terra é considerada a primeira riqueza “natural” e, diga-se de passagem, a principal. Diante desses fundamentos, a riqueza aparecia como expressão de liberdade, possibilitando, desta forma, o seguinte questionamento: o que vale mais, a vida ou o direito à propriedade da terra? Para os proprietários, a garantia da vida dependia sempre do direito à propriedade. Assim, contraditoriamente, a ordem de “direitos” se definia como a propriedade da terra como direito dos homens livres e o trabalho, para o escravo, como direito à vida. Nessa concepção, o direito à propriedade se torna o principal fundamento da organização política do Estado, e a educação se efetiva como o principal instrumento para ajustar os espíritos humanos à ordem social e política do direito porque “[...] sempre se verá alguém que manda e alguém que obedece, e esta peculiaridade dos seres vivos se acha presente neles como uma decorrência da natureza em seu todo.” (ARISTÓTELES, 1985, p.1254a).

O sistema feudal e a educação para a formação da virtude e moral cristã

No sistema feudal, a classe dominante mantém vinculação com a terra. Embora os fundamentos do poder estivessem ligados à teoria do direito divino e a riqueza e poder considerados dádivas de Deus, a ideologia dominante desta vez está fundamentada na concepção metafísica, sem a possibilidade da refutação. O Estado político e o teológico estavam intrinsecamente ligados, principalmente, naquilo que diz respeito à formação da disciplina humana (ANDERSON, 2007). Sendo o sistema feudal de produção eminentemente agrícola, a educação ficava somente no âmbito doméstico. Não havia necessidade de preparar as pessoas para a vida do trabalho ou para as relações políticas, uma vez que a subordinação se apresentava como uma ordem natural de origem divina.

Assim, a Igreja se apressou em tomar para suas mãos a instrução pública, entendida aqui não como conhecimento, mas como a formação da virtude e da moral cristã. Logo, a igreja manteve-se como auxiliar do poder político até o Renascimento (séc. XV); nesse período surgiram novas classes sociais como resultado da expansão comercial. Juntamente com o comércio surgiu o comerciante - o homem burguês - que não possuía os meios de produção. A exploração comercial possibilitou à nova classe que estava surgindo acumular riquezas e conhecimento científico e, por sua vez, garantir o poder político. Era preciso uma nova formação ideológica para a superação da “Razão Divina” e emancipação da

“Razão Humana”. O movimento que deu início ao enfrentamento aos dogmas da igreja católica ficou conhecido como Iluminismo (ROUANET, 1992). Com a consolidação dos Estados nacionais, a burguesia se firmou como classe dominante mantendo a hegemonia do poder e estruturando os aparelhos ideológicos de acordo com os interesses econômicos do modo de produção capitalista.

O sistema capitalista e a concepção liberal da educação

No sistema capitalista, o ser humano é tido como um “detalhe” na ordem econômica da sociedade de mercado. O pensamento burguês se apresentou como humanista por defender a autonomia da razão diante dos mistérios ensinados pela escolástica, mas não anunciava que a ganância pela riqueza, também negava a existência humana em favor do capital (GONÇALVES, 2008). Desse modo, as mudanças nas relações de trabalho estavam ligadas aos interesses e à lógica do mercado, ou seja, tudo se transformou em mercadoria, inclusive a força de trabalho. A educação, por sua vez, acompanhou o desenvolvimento da sociedade, dividida e hierarquizada em classes, e a ideologia aparece como forma de mistificar as contradições deste fenômeno social.

Rousseau, considerado a maior autoridade da educação entre os liberais diz em sua obra Emílio ou da educação: “Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adulto é nos dado pela educação.” (ROUSSEAU, 1995, pág.10). A partir desse pensamento, entende-se que das necessidades naturais, os indivíduos dão os primeiros passos em direção ao conhecimento; no relacionamento com os seres humanos apreendem-se as normas de como se relacionar em sociedade e com isso educam-se a partir do próprio comportamento; pelo contato com os objetos sensíveis inicia-se o conhecimento empírico dando início ao processo da formação das idéias e da consciência.

A política, como ciência do poder, além de encontrar formas para manter as classes dominantes, encontra na educação mecanismos para a legitimação de uma ordem que justifica a sociedade de classes. Por meio da ideologia é que os representantes do poder se apresentam também como representantes das multidões (GONÇALVES, 2008). Por isso, a ideologia dominante da sociedade burguesa é a ideologia do capital, ou seja, mesmo aqueles que têm apenas a força de trabalho como mercadoria para vender/trocar por um salário, sentem dificuldades em desvelar a relação capital-trabalho, e assumem para si, por vezes, a “culpa” deste processo que não é nada mais do que uma relação que expropria consciências através de processos subliminares de inculcação ideológica que resulta naquilo que chamamos de “alienação”.

O desenvolvimento do capitalismo e “farsa da educação democrática”

A expansão comercial possibilitou a consolidação dos Estados Nacionais e a Revolução Industrial; esses elementos são as bases para a educação e para a formação ideológica do homem burguês. A educação fica sob a responsabilidade do Estado e este se organiza sob a égide da economia de mercado. Por essa razão o ser humano passa a ser educado para aceitar pacificamente a nova ordem econômica como um fenômeno natural; o mesmo estado de natureza se manifesta quando as mudanças decorrentes do desenvolvimento das relações da produção para o mercado remetem o trabalhador à condição de um comerciante de seu próprio corpo (MARX, 1867).

Nas atividades primitivas a educação era compreendida como uma atividade cotidiana e estava sob a responsabilidade da família, da comunidade e/ou da tribo. Nesse sentido, a educação formal é o espaço da reprodução da ideologia burguesa enquanto que, no âmbito dos movimentos sociais, no seio de uma educação popular, enfim, na construção de conhecimento em espaços não-formais, um outro tipo de educar-se seria o seu antagonista.

Em um primeiro estágio do desenvolvimento do capitalismo não havia necessidade de educar o trabalhador para a produção, entretanto, o capitalismo desenvolveu outras formas de tecnologias, e precisou estender parcelas do conhecimento científico para alguns membros da classe trabalhadora (GONÇALVES, 2008). Assim, aquilo que se configurou como a necessidade para o progresso do capitalismo aparece nas políticas educacionais como democratização da educação e do ensino, demonstrando a “farsa da educação democrática”. Em nome da democratização do conhecimento, em verdade, tem-se observado as políticas públicas, permanentemente, adequando-se às alternativas do capital frente aos seus períodos de crise.

4. CONCLUSÕES

Para finalizar é necessário apontar os desafios diante do quadro social em que vivemos. Em uma sociedade que exclui a maioria dos trabalhadores do direito ao trabalho não será a educação por si só que irá resolver o desafio, por exemplo, do desemprego estrutural. A acumulação capitalista, cada vez mais aguda, produziu a hierarquização até no campo do conhecimento, ou seja, ensina-se o que se ajusta à ordem e não aquilo que, minimamente, a contraponha; portanto, não possibilita que a democratização do ensino resulte em supressão das desigualdades sociais.

A luta pela escola pública é dificultada na medida em que a maior parcela dos educadores limita-se a serem reprodutores da ideologia dominante. O desafio primordial torna-se a luta pela mudança ideológica acerca da função social da escola, que continua perpetuando a ilusão do acesso ao conhecimento como meio necessário para ascender na escala social. Enquanto prevalecer a política de uma educação para reproduzir a força de trabalho para o capital, o projeto de emancipação humana não entrará em pauta na categoria dos educadores, que nos últimos anos assumiram a função de manutenção desta estrutura de classes sociais sem perceberem que, enquanto trabalhadores, eles próprios estão sendo aviltados de seus direitos.

5. REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Passagens do escravismo ao feudalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985, p.1254a.
- GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. Classes sociais, lutas de classes e movimentos sociais. ORSO, GONÇALVES E MATOS (Org.). **Educação e luta de classes**. SP: Expressão popular, 2008. p. 65-93.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARX, Karl. Tradução de J. Teixeira Martins e Vital Moreira. **O Capital**. 1867. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>> . Acesso em 20/08/2009 às 16:00h.

MELLO, Marco (Org). **Paulo Freire e a Educação Popular**. Porto Alegre: IPPOA; ATEMPA, 2008.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

ROUSSEAU, Jean- Jacques, **Emílio ou Da Educação**, R. T. Bertrand Brasil, 1995